

Parecer Jurídico



Para exame e parecer conclusivo desta assessoria, a Comissão Permanente de Licitação submete para análise o procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial mediante adoção de Sistema de Registro de Preços (SRP)**, cujo critério de julgamento será o de julgamento do tipo **Menor Preço por Item**, para **futura e eventual aquisição de materiais descartáveis e equipamentos de proteção individual hospitalares**, para atender às necessidades de diversos cursos e da administração geral em Mineiros e Trindade a fim de prevenir o contágio do COVID-19 em um possível retorno das aulas práticas presenciais no próximo semestre letivo, para atender as necessidades da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior- FIMES, conforme as especificações descritas no Anexo I deste certame e pelo menor preço por item, nos termos deste Edital e da legislação competente, conforme especificações contidas no Termo de Referência, termos do Edital e legislação aplicável.

Por oportuno destaque-se que a análise solicitada, por ora, se limita apenas aos aspectos formais do procedimento, atendo-se às questões jurídicas do certame, fugindo da competência do Assessor Jurídico as questões técnicas relativas ao objeto, bem como dos valores orçados.

Assinalamos que em momento anterior, esta Assessoria em obediência ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou previamente as minutas de Edital e minuta Contratual, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião.

Após a manifestação jurídica prévia, a Comissão de Licitação deu início à fase externa do certame, prevista no artigo 4º, incisos I a IV da Lei nº 10.520/02, e providenciou a publicação do Edital em jornal de grande circulação, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Salientamos que entre a publicação e abertura das propostas foi observado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis exigido no inciso V do artigo citado. Também foram observadas as disposições contidas na IN nº 10/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás TCM-GO, vejamos:

IN nº 10/2015 TCM/GO Art. 3º Os processos referentes aos procedimentos para contratação deverão conter, no que couber:

I - solicitação das contratações feitas pelo chefe do órgão interessado nas aquisições;



II - Termo de Referência ou Projeto Básico, contendo todos os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da contratação, inclusive orçamentos detalhados em planilhas que expressem a totalidade dos insumos com seus respectivos quantitativos e custos unitários; devendo demonstrar a necessidade efetiva das quantidades a serem licitadas e, posteriormente, contratadas, bem como a destinação dos produtos e/ou serviços, nos termos do art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 10.520/02, no que couber;

III - levantamento inicial de preços, fundamentado em pesquisa prévia de preços de mercado, devidamente comprovada nos autos mediante documentos emitidos por empresas do ramo, consoante o disposto no art. 7º, inciso II, c/c art. 15, § 1º, art. 40, inciso X, art. 43, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/93 e art. 3º, incisos I e III, da Lei nº 10.520/02;

IV - autorização do gestor para iniciar o procedimento licitatório na modalidade cabível;

V - decreto de nomeação da Comissão de Licitações;

VI - edital de licitação, nos termos do art. 40 da Lei nº 8.666/93;

VII - minuta da ata de registro de preço a ser firmada pelo vencedor, acompanhando o Edital de licitação;

VIII - publicação da íntegra do edital no site oficial do município, bem como do respectivo extrato nos meios legais próprios, conforme a modalidade de licitação, em observância às Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02 e nº 12.527/11 no que couber;

XI - a documentação de habilitação dos licitantes exigida no edital;

XII - as propostas de fornecimento ou prestação, de acordo com o edital;

XIII - as atas das sessões de abertura e julgamento;

Em tempo, o Edital do Pregão presencial nº 002/2021 vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Interposição e Julgamento de Recurso, Documento aplicável, Obrigações da Contratada, e Disposições Gerais, ou seja, dentro dos ditames legais previstos na Lei do Pregão nº 10.520/02, bem como da Lei 8.666/93 e IN nº 10/2015 do TCM GO.

Na data e horários designados no edital, compareceram os seguintes licitantes:

- 1 - C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - CNPJ 26.457.348/0001-04;
- 2 - SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - CNPJ Nº 06.065.614/0001-38;
- 3 - JALTA ALVES DE OLIVEIRA LIMA E CIA LTDA - CNPJ Nº 13.925.056/0001-07;
- 4 - DOCTORMED EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ Nº 13.169.056/0001-16;
- 5 - FERNANDO UNIFORMES EIRELI EPP - CNPJ Nº 21.008.058/0001-51;



- 6 – ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI – CNPJ Nº 24.103.721/0001-95;
- 7 – HYPERMEDICAL PRODUTOS MEDICOS LTDA – CNPJ Nº 35.015.209/0001-03;
- 8 – TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – CNPJ Nº 13.851.726/0001-80;
- 9 – C3 HEALTH SUPRIMENTOS E HOSPITALARES LTDA – 37.109.539/0001-93;
- 10 – MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA – CNPJ Nº 04.724.729/0001-61;
- 11 – JKLAB PRODUTOS E SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS EIRELI – CNPJ Nº 23.239.321/0001-49;
- 12 – VERTENTE DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 28.209.943/0001-48;
- 13 – MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA – CNPJ Nº 38.259.748/0001-86.

O pregoeiro juntamente com a equipe de apoio credenciou as empresas relacionadas, dando início à fase de abertura e classificação das propostas. Ato contínuo, passou-se para as negociações e lances por item. Após as negociações e lances, as propostas apresentadas foram classificadas por atender os requisitos previstos na Lei nº 10.520/02, ficando dentro dos valores de referência.

Na sequência passou-se à fase de habilitação, e após análise de documentação foi certificado pela equipe de pregão o atendimento de todas as regras legais e editalícias, conforme ata de sessão.

Superada a fase de habilitação e classificação, obedecidas as disposições legais e procedimentais, os licitantes e demais interessados foram notificados sobre a possibilidade de interposição de recurso, havendo a apresentação de questionamentos referentes ao Edital conforme se vê na ata de sessão, porém, não foi interposto nenhum recurso dentro do período concedido aos interessados.

O pregoeiro adjudicou os itens das empresas vencedoras, ficando da seguinte forma:



1 – VERTENTE DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ Nº 28.209.943/0001-48, no valor de R\$ 21.411,00 (vinte e um mil, quatrocentos e onze reais).

2 – DOCTORMED EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 13.169.056/0001-16, no valor de R\$ 2.769,00 (dois mil, setecentos e sessenta e nove reais).

3 – ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI – CNPJ Nº 24.103.721/0001-95, no valor de R\$ 878.887,2364 (oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e três centavos).

4 – MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA – CNPJ Nº 04.724.729/0001-61, no valor de R\$ 66.771,24 (sessenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos).

5 – HYPERMEDICAL PRODUTOS MEDICOS LTDA – CNPJ Nº 35.015.209/0001-03, no valor de R\$ 113.610,60 (cento e treze mil, seiscentos e dez reais e sessenta centavos).

6 – TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 13.851.726/0001-80, no valor de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

7 – C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - CNPJ Nº 26.457.348/0001-04, no valor de R\$ 301.762,20 (trezentos e um mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte centavos).

Nestes termos, com base na presunção de veracidade ideológica dos atos praticados constantes nos autos, do ponto de vista estritamente jurídico, dada a regularidade do certame, já que foram observados todos os procedimentos para assegurar a transparência, lisura, legalidade, modalidade e probidade ao processo e dos atos praticados pela Fundação Municipal de Ensino Superior – Fimes/Unifimes no procedimento administrativo, **o parecer é favorável no sentido de dar prosseguimento ao feito**, com encaminhamento ao Gestor para que este realize a Homologação do resultado, preenchendo assim os requisitos do artigo 38 e incisos da Lei nº 8.666/93, bem como os do artigo 4º e incisos da Lei nº 10.520/02, pois há condição satisfatória para

homologação das propostas vencedoras indicadas pela Comissão de Pregão, caso seja conveniente à Administração Superior da FIMES.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Mineiros, 25 de fevereiro de 2021.



FERNANDA BITTAR DE SOUSA
Assessora Jurídica da FIMES/UNIFIMES

